



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA – UFV

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**Família e escola: Como se dá a participação da família no contexto
escolar.**

**Patrícia Machado Gomes
Matrícula: 64449**

Orientador: Prof. Diogo Tourino de Sousa

**VIÇOSA – MG
Julho - 2015
Patrícia Machado Gomes**

**Família e escola: Como se dá a participação da família no contexto
escolar.**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado a Universidade Federal de
Viçosa como exigência para obtenção
do título de Bacharel em Ciências
Sociais.

Orientador: Prof. Diogo Tourino de Sousa

VIÇOSA – MG
Julho - 2015

Patrícia Machado Gomes

Família e escola: Como se dá a participação da família no contexto escolar.

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Universidade Federal de Viçosa como exigência para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Diogo Tourino de Sousa

APROVADA: 10 de julho de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Fabrício Roberto Costa Oliveira

Prof: Marcelo José Oliveira

Prof. Diogo Tourino Sousa
Orientado

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus pais Silvério Raimundo Gomes (in memoriam) e Maria Auxiliadora Machado Gomes, por tudo que proporcionaram durante toda minha vida. Devo tudo a vocês, sempre.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS -----	I
RESUMO -----	II
INTRODUÇÃO -----	1
CAPÍTULO 1 - HISTÓRICO DAS INSTITUIÇÕES FAMILIARES-----	3
1.1 - Famílias brasileiras -----	7
CAPÍTULO 2 - HISTÓRICO DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES -----	9
2.1 - Escolas brasileiras -----	12
CAPÍTULO 3 - OS JOVENS -----	21
CAPÍTULO 4 - RELAÇÃO FAMÍLIA, ESCOLA E COMUNIDADE ESCOLAR -----	25
CAPÍTULO 5 - A PESQUISA -----	32
5.1 - Bairro São José do Triunfo -----	34
5.2 - Escola Estadual José Lourenço de Freitas -----	37
6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	44
7- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	46

LISTA SIGLAS

Centro de Promoção de Desenvolvimento Sustentável de Viçosa -----	(CENSUS)
Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro -----	(CAPURJ)
Conselho Nacional de Educação -----	(CNE)
Conteúdo Básico Comum -----	(CBC)
Educação de Jovens e Adultos -----	(EJA)
Estatuto da Criança e do Adolescente -----	(ECA)
Exame Nacional do Ensino Médio -----	(ENEM)
Leis de Diretrizes e Bases da Educação -----	(LDB)
Ministério da Educação e Cultura -----	(MEC)
Programa de Avaliação da Alfabetização -----	(PROALFA)
Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar -----	(PAAE)
Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica-----	(PROEB)
Programa de Intervenção Pedagógica -----	(PIP)
Programa de Universidade para Todos-----	(PROUNI)
Projeto Político Pedagógico -----	(PPP)
Secretaria do Estado de Educação -----	(SEE)
Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Básica -----	(SIMAVE)
Universidade Rural do Estado de Minas Gerais -----	(UREMG)

RESUMO

Patrícia Machado Gomes, Universidade Federal de Viçosa, julho de 2015. **Família e escola: Como se dá a participação da família no contexto escolar.** Orientador: Diogo Tourino de Sousa

O presente trabalho busca analisar sobre como se dá a participação da família no contexto escolar. Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico onde mostra as mudanças que vem ocorrendo nas instituições familiares e nas escolas desde suas formações e como estas mudanças vêm alterando as relações existentes entre elas, assim como vem afetando a vida educacional dos jovens e crianças. Parte desta pesquisa foi realizada na Escola Estadual José Lourenço de Freitas localizada na cidade de Viçosa/MG, bairro São José do Triunfo, também conhecido como Fundão. Na escola foram analisados documentos que pudessem esclarecer como a mesma busca a participação da família em suas atividades e, como as famílias agem diante destas solicitações, assim como participações diretas em atividades cotidianas promovidas na escola.

Palavras-chaves: Família, Escola, Participação.

Introdução

A relação conflituosa entre família e escola é um assunto que vem trazendo debates em inúmeras áreas relacionadas à educação básica em todo Brasil, principalmente no que diz respeito à baixa participação da família em atividades escolares.

Muitos pesquisadores sobre o tema como Dermeval Saviani, Nora Krawcyk, Guiomar Namó Mello, Cynthia Andersem Sarti, Marcelo Baumann Burgos dentro outros, buscam compreender esta falta de conectividade e as possíveis consequências que podem trazer para a formação dos jovens e crianças, assim como o desenvolvimento do ensino nas escolas, uma vez que as duas instituições são responsáveis pela educação e socialização dos mesmos.

Tanto as famílias quanto as escolas vem passando por consideráveis modificações em suas bases desde suas formações, o que de certa forma esta relacionado ao distanciamento existente entre ambas as instituições.

Diante destas mudanças as responsabilidades de uma e outra instituição em relação à educação foram se misturando e sendo absorvidas cada vez mais pelas escolas que por sua vez não possuem condições de cumpri-las sem o apoio das famílias.

Para tanto, a finalidade desse trabalho é o de analisar mais profundamente esta relação de conflitos e ausências.

A pesquisa em questão foi realizada na Escola Estadual José Lourenço de Freitas pertencente ao bairro São José do Triunfo mais conhecido como Fundão, localizado na cidade de Viçosa, Minas Gerais.

O objetivo central da pesquisa foi buscar compreender em como se dão às participações da família na escola, assim como averiguar a forma como são feitas e aceitas as solicitações de participação das famílias pela escola, diante de análises de textos, documentos e pesquisa de campo.

Contudo, o primeiro e o segundo capítulo trazem levantamentos bibliográficos que mostram as mudanças que vem acontecendo nas instituições familiares e escolares respectivamente ao longo de suas formações.

O terceiro capítulo retrata as mudanças que ocorreram na vida dos jovens diante destes quadros, assim como suas possíveis consequências.

O quarto capítulo trata da participação democrática tão cobrada pelas instituições sociais em questão, mas que relativamente não é compreendida em sua eficácia e implementação.

Já no capítulo cinco foram apresentados resultados referentes à coleta de dados em documentos relacionados ao bairro São José do Trinho e da Escola Estadual José Lourenço de Freitas, assim como abordagens da pesquisa elaborada em campo.

Por último serão apresentadas as considerações finais com comentários críticos acerca da pesquisa desenvolvida.

Capítulo 1 - Histórico das Instituições Familiares

“Uma instituição consiste num conjunto complexo de valores, de normas e de usos partilhados por um certo número de indivíduos.” (BOURDON, 2002, p. 89)

Apesar de ainda existirem muitos desfechos sobre as formações familiares, encontramos estudos e pesquisas que buscam analisar não só sua formação como também conceitos e valores que compõe seus respectivos ambientes e as mudanças que eles vêm sofrendo com o passar do tempo.

A aceitação ou não dessas mudanças dependem muito da sociedade em questão e não estão restritas apenas ao seu centro de formação, uma vez que se estendem e interferem nas esferas econômicas, políticas e culturais, de suas comunidades. Segundo Bourdon:

“A definição mais corrente de famílias – grupos caracterizados pela residência comum e pela cooperação de adultos de ambos os sexos e dos filhos que eles geraram ou adoptaram (Mundock 1949) – explica pouco a diversidade das suas formas históricas e parece pôr de fora variações familiares importantes.” (BOURDON, 2002, p. 70).

Esta definição vem sendo comprovada gradativamente, principalmente nos dias atuais, o que não quer dizer que ainda não exista a velha concepção tradicional, baseada num modelo patriarcal e monogâmico que atravessa séculos, trazendo consigo dificuldades de aceitações e preconceitos dos novos modelos familiares existentes nos dias de hoje.

As famílias da atualidade vêm caracterizando um número significativo de rupturas ou mudanças com relação às famílias patriarcais tradicionais, que por sua vez ainda resistem ao tempo e detém forte influencia sobre religiões, culturas e o Estado, mesmo este sendo laico, como no caso do Brasil.

Estudar temas relacionados à família se tornou tão importante que hoje vem sendo sugerido como um dos temas complementares a serem abordados no Conteúdo Básico Comum (CBC) nas aulas de Sociologia do ensino médio, onde o mesmo propõe o estudo, análise e conscientização dos novos modelos familiares fora dos padrões patriarcais tradicionalistas, com intuito de pelo menos diminuir casos de exclusões e/ou preconceitos.

O tema família como instituição vem sendo analisado há décadas. São varias abordagens que buscam explicar sua formação, assim como as mudanças que vem ocorrendo em sua estrutura, os prováveis motivos e consequências, principalmente com a vinda da industrialização no século XVIII.

Pesquisadores de diversas áreas como a sociologia, antropologia, filosofia, política, psicologia e afins procuraram explicações ao longo de históricos familiares, buscando compreender suas concepções e organizações culturais, do tradicional ao moderno, utilizando formas diferenciadas de pesquisas, como nos mostra Canevacci.

Canevacci explica que a divisão dos estudos sobre famílias foram separados em três partes importantes, sendo elas: o evolucionismo, o funcionalismo e o estruturalismo. Modelos estes que serviram de guia para organizações das descobertas e formações de conceitos sobre as famílias como instituição e que serão apresentados a seguir.

O evolucionismo foi um processo evolutivo, onde se analisavam, ordenavam e classificavam os vários modelos familiares de acordo com seu processo sociocultural, que podiam ou não sobreviver com o tempo. Através dele pôde-se chegar a três formas importantes de evolução e organização de modelos familiares, como: a família consanguínea, onde eram permitidos casamentos entre parentes de sangue; a família *punaluana* que deu início a uma maior censura ao incesto e que desencadeou mais tarde a formação das famílias monogâmicas, fundadas no casal e que reforçava ainda mais o tabu do incesto, tradição que atravessou gerações e ainda sobrevive culturalmente na maioria dos continentes, passível de punições em determinadas sociedades por várias instituições sociais.

O funcionalismo esta pautado no fato das pesquisas científicas serem explicadas a partir de estudos internos de determinadas sociedades, voltadas ao fator sociocultural e suas funções naquele local, ou seja, esta ligada às instituições sociais que coordenam o comportamento das pessoas, dentre elas as instituições familiares que impõe suas regras desde o nascimento do indivíduo, buscando moldar sua conduta de acordo com aquilo que acreditam. Canavacci complementa que para melhorar o estudo funcionalista é preciso realizar *“uma boa etnografia, efetuando um minucioso estudo de campo das sociedades, de suas instituições, das técnicas, crenças, costumes e, finalmente das relações dos indivíduos consigo mesmo e com o grupo”* (CANAVACCI,1981,p.23.)

sem excluir os fatores históricos, que podem ser essenciais para conclusão de um projeto.

No entanto foi com o estruturalismo que vieram explicações sobre formações familiares desnaturalizada. Canavacci alega que Lévi-Staus foi quem desmistificou a naturalidade da formação familiar, assim como a origem do incesto, que surgiu como uma regra de reciprocidade por excelência e não divina. E a exogamia que basicamente força os casamentos entre grupos diferentes, uma forma de desenvolver melhor a sociedade que não fosse somente pela ligação consanguínea, mas sim pela ligação formada por vínculos de afinidade. Era então o homem o criador do ser social e cultural, buscando formar um modelo familiar ideal com base no casamento, composta por um casal do sexo oposto, suas proles e outras formas de parentescos. Familiares ligados por vínculos legais que gerassem obrigações econômicas, religiosas, direitos e deveres, unidos a sentimentos psicológicos como o amor, o respeito, o medo, à afeição, etc.

Ainda sobre a formação das famílias monogâmicas, Canavacci assinala:

“Criar a vida é a única atividade humana que, para ser satisfeita requer a presença de um *partner*. A essência dessa satisfação deriva ser colocada na perspectiva da exaltação máxima de espontaneidade, do entregar-se totalmente a um outro ser. Ao contrário, a procriação tornou-se fonte do mais imerecido dos privilégios, quase como se significasse o supremo sacrifício, desde que o homem descobriu a relação de causa e efeito entre ato sexual e geração. Poder estabelecer uma descendência certa e legítima foi a viravolta histórica para a transmissão hereditária dos bens e, portanto, para a “invenção” da família monogâmica patrilinear.” (CANAVACCI,1981,p.34).

Tudo isso foi como a criação de uma regra onde o pai passa a ter autoridades e diretos sobre seus filhos, que serão seus futuros herdeiros, ou seja, a família monogâmica também se originou a partir da propriedade e bens, o que mostra mais uma vez a não naturalidade dessa formação e sim uma formação cultural muito forte que resiste há séculos, adotada e/ou imposta quase mundialmente por diversas instituições, o que não evitou que este modelo sofresse inúmeras mudanças com o passar dos anos, principalmente na segunda metade do século XX.

A princípio as mudanças nos modelos familiares patriarcais podem ser explicadas da seguinte forma: parte das alterações se deu devido à passagem do sistema rural para o urbano e/ou feudal para o capitalista. Com o capitalismo a família patriarcal começou a se fragmentar devido o deslocamento de seus membros do campo para as

idades, o que sucedeu o aumento das famílias nucleares que possibilitaram a formação das famílias modernas que conseqüentemente estão gerando às pós-modernas.

A família patriarcal era composta por um grupo abundante de pessoas, sendo eles mais especificamente pai, mãe, filhos, avós, tios, genros, enteados e etc. onde as relações eram baseadas nos conceitos morais e autoritários do homem que assumia o papel de chefe desse núcleo, o patriarca, principal responsável por seu sustento, enquanto a mulher assumia um papel totalmente voltado a atividades domésticas da família a qual pertencia.

Diante do crescimento contínuo e acelerado da industrialização, urbanização, guerras, divórcios, independência feminina e fatores socioculturais ocorridas em grande parte dos continentes, principalmente no ocidental, novos modelos familiares também foram surgindo, se diferenciando ainda mais dos modelos patriarcais, sendo denominadas de famílias nucleares, modernas e/ou pós-modernas. Nelas não existe um modelo exatamente padronizado a ser seguido, o que possibilita uma maior diversidade de suas constituições.

Para Teruya:

“estudos de Durkheim, Simmel, Cooley, Marx e Alfred Weber, concluíram que os padrões tradicionais familiares estavam sendo destruídos pelo impacto desintegrador do urbanismo, e que a estrutura patriarcal não combinava com uma sociedade industrializada e urbanizada.” (TERUYA,2000, p. 8).

Tais mudanças deram lugar às chamadas famílias nucleares, compostas basicamente por casais heterossexuais e seus filhos. Sua diferença com as famílias tradicionais não estão somente na redução de seus componentes e forma de relacionamento, mas também na divisão de tarefas domésticas e na busca de recursos para o seu sustento, onde a mulher passou a exercer atividades remuneradas fora do ambiente doméstico.

Em meados de 1970 com aumento dos grupos feministas o modelo patriarcal passou a ser ainda mais questionado, principalmente no que diz respeito à submissão da mulher ao homem, dentro e/ou fora do casamento ou ambientes domésticos. O feminismo em específico foi uma das principais formas de combate ao sistema familiar patriarcal, pois lutavam e ainda lutam por uma construção familiar mais igualitária e sem violência. A idéia do movimento já era formar famílias onde os casais assumissem por meios de acordo as responsabilidades dentro e/ou fora de seu ambiente doméstico.

1.1 - Famílias Brasileiras

As mudanças ocorridas nas famílias tradicionais também foram analisadas no Brasil e seguiram basicamente as trajetórias já apontadas.

Pesquisas mostram mudanças na base familiar brasileira desde a formação do período colonial, ainda com as famílias tradicionais vindas dos continentes europeus e/ou recém-formadas no local, onde o domínio do patriarca ainda era totalitário e também guiavam os rumos das novas gerações.

Contudo, assim como as muitas famílias tradicionais no mundo, as brasileiras também escondiam falhas que fugiam dos modelos ideais, como a violência doméstica, traições, intolerâncias e conflitos considerados vergonhosos socialmente e que poderiam refletir em sua posição social, trazendo consequências prejudiciais para seus membros.

Estas falhas foram sendo reveladas aos poucos, derrubando a existência de um modelo familiar tradicional ideal e tão cobrado pela sociedade brasileira num todo. Teruya descrevia este modelo com base nos escritos de Gilberto Freyre que revolucionou a visão do modelo ideal pregado pelas famílias patriarcais.

O modelo patriarcal pode ser assim descrito: um extenso grupo composto pelo núcleo conjugal e sua prole legítimas, ao qual se incorporavam parentes, afilhados, agregados, escravos e até mesmo concubinas e bastardos; todos abrigados sob o mesmo domínio, na casa-grande ou senzala, sob a autoridade do patriarca, dono das riquezas, da terra, dos escravos e do mando político. (TERUYA, 2000, p. 3)

No entanto, a casa grande era o principal local da organização familiar onde reuniam não somente sua vida pessoal, mas também a vida econômica, seus vínculos com outros meios socioculturais e demais instituições.

As maiores mudanças nos modelos tradicionais brasileiros também se deram diante da passagem da sociedade rural para a urbana, surgindo assim o modelo nuclear e em seguida as famílias modernas e/ou pós-modernas, que segundo estudos além de estreitar ainda mais os laços de parentesco dividem com o Estado parte das responsabilidades como a socialização de indivíduos, educação, equilíbrio e organização dos novos contextos sociais.

A partir destas análises vemos que as famílias modernas e/ou pós-modernas brasileiras também se formaram por questões complexas, os motivos dos novos arranjos estão igualmente relacionados à chegada da modernidade e urbanização, além de

motivos como uma maior liberdade de escolha do cônjuge, divórcio, recasamentos, formação de casais homoafetivos, casais sem filhos, dentre outros, o que conseqüentemente originou mudanças de valores socioculturais, porém várias dessas mudanças ainda não são completamente aceitas, principalmente por parte de algumas áreas mais conservadoras como a própria família, religiões e a política, o que provoca um grande número de discriminações, preconceitos e rejeições com a diversidade.

Um bom exemplo de como a diversidade das composições familiares ainda ocasiona embates entre instituições é o Projeto de Lei nº 6583/13 que se encontra em tramitação no Congresso Nacional, apresentado pelo então Deputado Federal Anderson Ferreira que defende como Instituição Familiar somente formações a partir da união por meio do casamento ou união estável entre um homem e uma mulher, assim como unidades formadas por um dos pais e seus descendentes.

Caso seja aprovada, a lei pode acarretar numa série de problemas para famílias que escapam dessas configurações, como a perda de direitos já assegurados pelo Estatuto da Família em sua defesa e proteção.

O próximo capítulo tratará das mudanças ocorridas nas instituições escolares.

Capítulo 2 - Histórico das Instituições Escolares

No capítulo anterior, discutimos as transformações que ocorreram nas instituições familiares ao longo da história. O objetivo agora é mostrar como a instituição escolar também vem sofrendo transformações significativas ao longo do tempo e que estas transformações vem trazendo situações conflituosas nas sociedades em questão, principalmente na relação família e escola, conforme pretendo demonstrar mais especificamente a partir do capítulo 4.

Assim como a instituição familiar, a escolar também passou por modificações expressivas desde sua formação. Para Saviani a educação teve seu início ainda na sociedade primitiva, mediante a divisão do trabalho e do aprendizado que inicialmente não eram realizados separadamente. E completa:

“A essência humana não é, então, dada ao homem; não é uma dádiva divina ou natural; não é algo que precede a existência do homem. Ao contrário, a essência humana é produzida pelos próprios homens. O que o homem é, e é-o pelo trabalho.” (SAVIANI, 2007, p.154).

Ou seja, a essência do homem vinculada ao trabalho foi construída de acordo com suas necessidades, evolução, convivência e a sobrevivência e sem o trabalho comum nada disso seriam possíveis. Portanto era preciso aprender a lidar com os fatores da natureza para aprender a produzir formas de subsistência e assim passar o conhecimento para sobrevivência e manutenção das futuras gerações, o que esta relacionada com o caráter educativo e aprendizagem.

Contudo, vieram os aperfeiçoamentos da produção, que acarretaram na divisão do trabalho e na apropriação de terras, o que acabou provocando a formação de grupos sociais e/ou classes dos proprietários e dos não proprietários, uma ruptura das comunidades mais homogêneas.

Os donos das terras então passaram a sobreviver do trabalho dos que não se apropriaram delas e que precisavam garantir o seu sustento e de sua família, assim como o sustento do próprio proprietário que tempos depois passaram a ser identificados como os Senhores.

Na Grécia e em Roma esta divisão de classe se configurou em aristocracia e escravos, o que causou conseqüentemente a divisão da educação e a distinção das classes. A educação passou a ser composta de duas formas, uma destinada a classe proprietária de homens livres, com base para o lado intelectual, da arte e dos exercícios

físicos e a outra destinada para aos não proprietários de bens como os escravos e/ou serviçais, tendo a educação voltada para o lado do aprendizado mais especificamente do trabalho. Diante desta divisão vieram à formação das escolas e com ela a institucionalização da educação, composta basicamente e em sua maioria por homens livres, como mostra Saviani:

Vê-se, pois, que já na origem da instituição educativa ela recebeu o nome de escola. Desde a Antiguidade a escola foi-se depurando, complexificando, alargando-se até atingir, na contemporaneidade, a condição de forma principal e dominante de educação, convertendo-se em parâmetro e referência para aferir todas as demais formas de educação. (SAVIANI, 2007,p.156).

Saviani ainda aponta o mesmo tipo de formação escolar na civilização Mesopotâmia e no antigo Egito. A escola sendo utilizada para o desenvolvimento da elite e do homem político que necessitava não apenas de um falar bem, mas também de uma considerável oratória e a arte de comando de governo.

Em sua continuidade, na Grécia, a escola também se desenvolveu para educação elitista onde o processo de formação se dava inicialmente com as crianças, já os escravos aprendiam apenas seu ofício e mesmo assim afastados dessa instituição, tendo sua formação no próprio processo de trabalho.

Para Saviani já no período Feudal a escola marcou consideravelmente sua estrutura, pois a mesma passou a ter não só a intervenção do Estado como também a presença marcante da Igreja Católica, porém com a chegada do modo de produção capitalista e crescimento urbano as mudanças seriam ainda maiores, pois o Estado passou a apresentar um discurso centrado na formação da escola pública, gratuita e universal.

Pode-se observar então que a divisão da sociedade em classes, mais especificamente escravista e proprietária consolidaram a separação e formação institucional da escola como processo educador, assim como novas formas de relacionamentos sociais, principalmente na formação do capitalismo.

Com o avanço das forças capitalistas, economias, formação de classes e ativação do comércio, ocorreram migrações significativas da população do campo para as cidades, acelerando consideravelmente o processo de urbanização. As pessoas se deslocavam do campo em busca de melhores empregos e condições de vida, o que proporcionou a formação de uma sociedade contratual maior e mais complexa, onde a

cultura intelectual passa a ganhar novos formatos de valorização, principalmente pelo entendimento da leitura e da escrita.

Assim a escola passa a ser o principal instrumento direcional do novo conjunto social, pois além de transmitir o conhecimento ela também passa a ser responsável por parte da socialização de seus indivíduos.

A generalização do conhecimento intelectual ganhou ainda mais força com a Revolução Industrial, onde países mais desenvolvidos passaram a reorganizar o sistema de ensino, buscado expandir a escola básica com intuito de adaptá-las tanto ao mundo da produção quanto a formação das elites intelectuais. Conforme alega Pereira:

“O avanço da industrialização apela para uma mão de obra cada vez mais qualificada, gerando a necessidade de escolas. Assim os debates sobre o ensino público ganham mais visibilidade, necessitando um sistema educacional que atenda os interesses sociais deste período” (PEREIRA, 2012, p.240).

Contudo, eram formados novamente dois pólos educacionais que se divergiam logo nos anos iniciais, onde um lado era voltado a cursos profissionalizantes e uma nova maneira de educar para o trabalho, enquanto o outro se voltava para continua formação das elites e seus futuros dirigentes no campo das ciências e da política, com domínios teóricos de diferentes setores, principalmente na Europa que inovava cada vez mais nas experiências de métodos educacionais com intuito de ampliar ainda mais o sistema de ensino. Como exemplos têm a formação do Conselho de Classe idealizado na França, como nos apresenta Cunha:

“O Conselho de Classe tem sua origem na França, por volta de 1945, surgindo pela necessidade de um trabalho interdisciplinar com classes experimentais. Por ocasião da reforma de ensino francesa de 1959, foram instituídos três tipos de conselho. O Conselho de Classe, no âmbito da turma; o Conselho de Orientação, no âmbito do estabelecimento; e o Conselho Departamental de orientação, em esfera mais ampla. Essa reforma desejava declaradamente “organizar um sistema escolar fundado na observação sistemática e continua dos alunos com vistas a oferecer a cada um, um ensino que corresponda a seus gostos e aptidões.” (CUNHA, 2008).

A composição do conselho era abrangente, avaliativa e orientadora, pois direcionavam os alunos a modalidades de ensinamentos clássicos ou teóricos, conforme habilidades e desempenhos alcançados ao longo de seu aprendizado.

Contudo, mesmo havendo diferenças nos modelos de aprendizagens de acordo com a classe social e/ou intelectual dos indivíduos, instituições políticas passaram a ser influenciadas cada vez mais pelos discursos ocorridos no século XIX que propunham a expansão dos meios educacionais às classes menos favorecidas, a formação das escolas de massa, com a finalidade de preparar o indivíduo para o mundo do trabalho, visão que oscilava muito mediante interesses ideológicos, políticos, religiosos, econômicos, culturais e sociais, como nos apresenta Reis.

“A educação associa-se, pois, a processos e interações pelos quais os membros de uma sociedade assimilam saberes, habilidades, técnicas, atitudes, valores existentes no meio culturalmente preparado e, com isso, ganham o patamar necessário para produzir outros saberes, técnicas e valores.” (REIS, 2010, p.15).

2.1 – Escolas Brasileiras

Com o histórico apresentado anteriormente é possível analisar e compreender a formação e desenvolvimento das escolas no Brasil, que tiveram início no período colonial por volta de 1549, onde a Igreja Católica era mais presente que o Estado. Porém parte das mudanças ocorridas no mundo educacional chegou a solos brasileiros, contudo foram aplicadas muito lentamente.

Em análises, Pereira considera que a leitura de obras de pensadores como Francis Bacon, Wolfgang Ratke, René Descartes, Rousseau, dentre outros, realizadas pelas elites brasileiras permitem afirmar que o Brasil também buscou a inovação educacional de massas populares para formação do novo homem, assim como na Europa. Para ela um dos maiores debates brasileiros girou em torno de como educar as classes populares dentro de uma organização de ensino público de forma mais padronizada que tivesse início ainda na infância, pois a escola de massa havia se tornado um símbolo da nova ordem social.

No final do século XIX e início do XX a construção dos Estados Nação em alguns países juntamente com sua modernização social reforçou a idéia de inovação educacional massificada. O Brasil também adotou a nova ordem de escolarização e socialização, a escola pública foi elevada como instrumento de modernização, mas não atendeu a todas as camadas populacionais, como nos mostra Pereira:

Apesar da escola pública brasileira nas primeiras décadas do século XX, ter como objetivo a escolarização das camadas populares, só foram integrados aqueles pertencentes aos setores ligados ao trabalho urbano, deste contingente ficaram fora da instrução pública promovida pelo Estado os pobres, os miseráveis e os negros. Setores que por volta de 1920 começam a reivindicar o seu espaço na instituição pública escolar, despertando na elite brasileira a preocupação com organização do sistema capitalista, que dependia da preparação da massa para o mercado de trabalho. (PEREIRA, 2012, p.246).

Sendo assim as reivindicações e manifestações em busca de uma educação mais justa apesar das dificuldades que sofreram pelo seu reconhecimento e valorização serviram e ainda servem como divisores históricos da educação básica brasileira, pois através delas foram introduzidos novos valores e conceitos educacionais no Estado, assim como temas obrigatórios nos currículos escolares.

Um dos movimentos mais importantes em busca de uma educação mais igualitária no Brasil foi a Manifestação dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, onde um grupo de intelectuais educadores liderados por Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira se uniu em busca de um programa educacional fora dos padrões religiosos propostos e/ou impostos pela igreja católica, solicitando ao Estado uma reorganização do plano educacional como a formação de uma escola laica, obrigatória, única, pública e gratuita, o que foi parcialmente atendido em 1934 com a reforma da Constituição Federal, onde a educação passou a ser considerada como um direito de todos, sendo esta exercida tanto pela família quanto pelo Estado.

Segundos dados divulgados pelo Ministério da Educação e Cultura, o Ministério da Educação brasileira foi criado em 1930 no governo do então presidente da república Getúlio Vargas, porem era vinculado e comandado pelo Ministério da Saúde, que também era ligado ao Ministério do Transporte e do Meio Ambiente. Antes de sua criação, assuntos voltados aos temas educacionais eram resolvidos pelo Departamento Nacional de Ensino e o Ministério da Justiça.

Os anos de 1934 e 1935 foram muito importantes na construção das bases educacionais brasileiras, pois com seu desenvolvimento e sua nova organização o processo acabou desvinculando o Ministério da Educação ao da Saúde surgindo assim o Ministério da Educação e Cultura (MEC) que passou ser o responsável pelas políticas nacionais de ensino.

A busca pela inovação nos modelos escolares trouxe ao Brasil a implantação do Conselho de Classe desenvolvido na França. Cunha explica que esse modelo foi

apresentado a educadores brasileiros que estagiaram no Instituto de Pesquisa Educacional *Sèveres*, na França em 1958, e foi trazido ao Brasil como uma idéia inovadora.

Sua primeira implementação foi no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CAPURJ) que buscava novas formas de desenvolvimento pedagógico, visto que desde o surgimento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932, já se buscavam novos elementos para uma descentralização de poder e decisões educacionais, levando a escola a se adaptar da melhor forma possível aos interesses dos alunos, valorizando o trabalho coletivo, assim como a busca e a criação de novos métodos de ensino que se encaixassem na configuração brasileira da época.

Até 1960 o sistema de ensino brasileiro era considerado totalmente centralizado, pois um único modelo de aprendizagem era adotado por todos os Estados nacionais. Porém no ano seguinte deu-se início a descentralização desse sistema, com a aprovação das primeiras Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Lei nº 4.024/61 onde os Estados e municípios ganharam autonomias, diminuindo assim a concentração do sistema nacional num só bloco. A mudança também causou maior afastamento da igreja católica. Estas leis iniciaram importantes referências da educação básica no Brasil onde apontavam uma educação mais ampla e igualitária, visando uma formação cidadã mais completa e justa.

O Brasil continuou passando por grandes e constantes mudanças governamentais e no sistema de ensino, como nos mostra Cerqueira:

Na tentativa de organizar o ensino ao novo quadro político (golpe militar de 1964), como instrumento para dinamizar a própria ordem socioeconômica, ajusta-se a LDB 4.024/61, não sendo considerado pelo governo militar a necessidade de editar por completo a lei em questão. Atendendo à ideologia desenvolvimentista adotada pelo governo, ajustou-se a LDB de 61, sancionando a lei de 5.540/68, que reformou a estrutura do ensino superior, sendo por isso, chamada de lei da reforma universitária. (CERQUEIRA, 2011,p.2).

A reforma também passou a assegurar as universidades públicas e/ou privadas maiores autonomias administrativas, financeiras, didáticas e científicas, o que foi considerado um marco no avanço do ensino superior.

Segundo Cunha o Conselho de Classe com o tempo passou a se expandir por inúmeras escolas do Brasil, sendo formalizado institucionalmente em 1971, sob a Lei nº 5.692/71, que o tornava obrigatório para todas as unidades escolares, o que acabou

melhorando a estrutura do sistema educacional, envolvendo num todo setores como os industriais, comércio e o agrícola, pois além de proporcionar a profissionalização dos alunos atendia as novas necessidades econômicas, educacionais e trabalhistas da época, voltadas as novas práticas industriais e o modo de produção capitalista.

No entanto, apareceram vários problemas de adaptação do Conselho ao novo sistema educacional, devido à falta de normas mais esclarecidas sobre sua aplicabilidade, surgindo então vários pareceres buscando explicar mais detalhadamente as regras de seu cumprimento, esclarecendo dúvidas de procedimentos e adaptação.

O parecer estabelecido no ano de 1996 foi o que mais ressaltou em termos de esclarecimentos sobre seu processo de adequação, se tornando o mais completo em relação a sua aplicabilidade, uma vez que a LDB nº 9394/96 colocaram as próprias escolas como autônomas do seu Conselho, assim como suas regras e formas de participação da comunidade escolar de acordo com seu Regimento Escolar interno. Como mostra em um de seus artigos:

“Art. 12º. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:
I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;
II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
VII - informar os pais e responsáveis sobre a freqüência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica. (LDB,1996, p.12).”

O intuito da proposta apresentada pela LDB era promover então um trabalho em grupo e uma gestão escolar mais democrática que compreendesse toda comunidade escolar, assim como auxiliar na aprendizagem, amenizar problemas internos, promover a interdisciplinaridade, analisar propostas, acompanhar o rendimento dos alunos e de suas turmas, sempre em busca de melhorar o ensino e o acesso a educação.

Para Burgos uma gestão escolar para ser considerada mais democrática e bem sucedida deve sim ser capaz de favorecer a participação da comunidade escolar de uma forma mais ampla, ou seja, corpo docente, setor administrativo, discentes, setor pedagógico, direção, pais, tutores e demais funcionários, tendo como início a participação na construção do próprio Projeto Político Pedagógico (PPP) no qual ficam implícitos os objetivos e metas que as escolas almejam alcançar.

O PPP segundo a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais é um documento que reúne propostas de ações que visam apontar caminhos, sugestões e metas para assegurar um ensino mais justo e com mais qualidade. O mesmo é considerado um Projeto por conter ações a serem executadas ao longo do ano letivo em questão; é Político por considerar a escola como ambiente de formação cidadã de indivíduos mais críticos, responsáveis e capazes de agir coletivamente em prol da sociedade de forma mais participativa e consciente e é Pedagógico por deliberar e organizar atividades e projetos educacionais auxiliares ao processo de ensino já existente, ou seja, o PPP serve como um guia indicando direções a serem seguidas por gestores, funcionários, professores, alunos e familiares que compõe a comunidade escolar.

Contudo, as mudanças na LDB continuaram mesmo que de forma lenta e complementar.

Cerqueira decorre que em 1971 foram necessárias novas complementações nas LDBs com finalidade de atender novas demandas do ensino que passou a ser obrigatório e oferecido pelo Estado para crianças e jovens com idade entre sete e quatorze anos, assim como a construção de um currículo que atendesse as necessidades do 1º e 2º grau hoje designados como ensino fundamental e médio.

Entretanto, outras mudanças vieram e em 1985 com o fim da ditadura militar vieram às novas configurações do sistema político brasileiro que conseqüentemente refletiram em vários setores públicos e mais uma vez na educação.

Cerqueira aponta que as mudanças foram anunciadas na nova Constituição Federal de 1988 que apresentava propostas a Câmara Federal de uma emenda na LDB no intuito de aumentar o investimento na educação pública, assim como reformulação das regras do ensino fundamental e médio, o que ocasionou imenso debate dos prós e contra sobre os projetos a serem ou não implementados.

No entanto a questão só foi resolvida em 1996 sendo sancionada a nova LDB, no dia 20 de dezembro, Lei nº 9.394/96, que buscava um processo mais completo de ajuste educacional ao novo quadro socioeconômico e cultural do país.

Na nova LDB foram descritas a inovação da identidade do ensino fundamental e médio, apesar do ensino médio não ter sido mais considerado obrigatório ele passava a ser de dever do Estado para uma melhor formação e complementação da educação básica gratuita, o que levou um número cada vez maior de pessoas a efetuarem sua

conclusão e a ser cada vez mais valorizado como um aditivo do desenvolvimento pessoal, pois passou a proporcionar os indivíduos uma melhor formação civil, profissional e o melhor caminho de inclusão acadêmica.

Como define Cerqueira a Lei nº 9.394/96 ainda vem sofrendo alterações e/ou emendas, que buscam se adaptar cada vez mais às necessidades e realidades do país, tentando oferecer uma educação mais equitativa e igualitária, assim como uma maior inserção de indivíduos não só na educação básica como nas universidades.

Hoje o governo federal oferece vários sistemas de conclusão do ensino fundamental e/ou médio, seja por meio de escolas regulares ou sistemas de ensino de Educação de Jovens e Adultos (EJA), assim como o Ensino Normal Magistério e a Educação profissional integrada.

Cerqueira também mostra que o governo vem lançando programas que interferem tanto nos setores públicos quanto privados e que geram inúmeros debates entre os representantes da educação nacional prós e contras a certas medidas, como no caso do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que a partir de 2010 se tornou a principal porta de entrada das universidades públicas brasileiras substituindo os vestibulares tradicionais e que ainda possibilita participação no Programa de Universidade para Todos (PROUNI) sistema de bolsas integrais e/ou parciais para instituições superiores privadas, sistemas de cota e etc.

Mesmo com todas estas tentativas de avanços e direitos adquiridos, partes consideráveis das instituições escolares públicas do ensino fundamental e médio ainda não atendem as demandas da população e até mesmo do próprio governo.

Existem sérios problemas relacionados aos investimentos das escolas públicas, assim como qualidades do ensino e gestão, a falta de vagas para alunos e profissionais, infraestrutura, transporte e etc.

Em 2003 Mello realizou uma pesquisa onde apontou mais especificamente o que seriam os 10 maiores problemas da educação básica no Brasil e chegou a uma conclusão que muitos deles vêm sendo arrastados desde a introdução da escola nos tempos imperial, sendo eles respectivamente:

- 1) A cultura escolar elitista, que ainda é bem presente nos dias atuais, onde existe uma inversão de papéis entre o público e o privado quando se chega à escolha de uma universidade, pois os ricos estudam em escolas particulares e se preparam

para entrar em universidades públicas que são mais valorizadas, enquanto os pobres estudam em escolas públicas e quando conseguem ingressar no ensino superior acaba indo para universidades privadas, pois não conseguem concorrer com alunos vindos das particulares, devido à deficiência estrutural das escolas públicas, o que vem tentando ser corrigido com sistemas de cotas e financiamentos do governo;

- 2) A falta da Visão estratégica dos setores públicos na questão de maiores investimentos;
- 3) Gestão pública sem eficiência e equidade, onde a União, o Estado e o Município se desentendem, sendo cada um deles responsáveis respectivamente por uma fase do ensino, assim como a falta de políticas de gestão e fiscalização do MEC;
- 4) Desinformação da sociedade, onde o governo usa a mídia para se promover, camuflando a realidade vivenciada pelas escolas, principalmente as dificuldades enfrentadas no cotidiano;
- 5) Interesses Corporativistas, dificuldades de diversificação de métodos de ensino, fragmentações disciplinares e tempo de ensino, contratação e pagamento de profissionais qualificados;
- 6) O Perigo das “Causas Nobres”, ensino fundamental com duração de nove anos, com discurso governamental fundado no benefício do aluno ter um ano a mais para ser devidamente educado; proposta de ensino de tempo integral, porem como dito anteriormente em escolas despreparadas e camufladas pela mídia;
- 7) Fracasso Escolar, estando o Brasil entre os piores indicadores de desempenho educacional do mundo;
- 8) Qualidade, que ainda esta em discussão sobre o que melhorou e piorou diante dos novos Parâmetros Curriculares;
- 9) Despreparo de Professores, onde os mesmo muitas vezes não estão aptos a assumirem determinadas disciplinas e a li dar com determinadas burocracias, além da falta de incentivo e reconhecimento da carreira pelo governo;
- 10) Defasagem, a falta de uma educação mais popularizada e com maior desenvolvimento para vida em sociedade.

Mello também apresenta o que considera como possíveis soluções para resolução dos problemas, como facilitar o acesso aos estudos e pesquisas, superar o elitismo, promover a formação de líderes capazes de melhorar o processo de reforma estudantil, assim como promover mais debates conscientizados da realidade acadêmica e num todo buscar uma maior participação social. Ela também chama atenção para os desentendimentos existentes entre a União, Estados e Municípios em relação a responsabilidades e divisão de recursos, uma vez que cada um desses sistemas se responsabiliza por uma determinada fase do estudo, sendo eles:

União: Ensino Superior, coordenação nacional e função redistributiva e supletiva na educação básica; Estado: Ensino Fundamental, principalmente de quinta a oitava séries e Ensino Médio. Mas não há um estado do país que não tenha universidades estaduais; Município: Educação Infantil e Ensino Fundamental. (MELLO,2003,p.13)

Mello explica que esta faltando sincronizar a educação do século XX com as demandas sociais vindas do final do século XIX, pois não podemos concertar de uma hora para outra os erros e defasagens que não foram solucionados no passado.

Para Krawcyk o Estado brasileiro assumiu nas últimas décadas as responsabilidades, obrigatoriedade, universalidade e gratuidade do ensino básico, o que envolve muitos obstáculos a serem vencidos, pois o Brasil esta a frente de uma realidade educacional que carrega uma considerável dívida social com sua população. O que de certa forma vai requerer uma presença mais enérgica do poder público para atender num curto prazo tanto demandas nacionais quanto internacionais.

Saviani também coloca que o sistema de ensino num todo se trata não só da instituição familiar e escolar, o mesmo envolve as associações de empresas, congregações e outras entidades, pois tudo esta ligado ao funcionamento da sociedade em geral. O que mostra mais uma vez que toda comunidade em questão deve participar de forma direta ou indireta nos rumos tomados pelos sistemas de ensino, não ficando este a cargo apenas de uma e/ou outra instituição. Uma vez que o MEC não é o único responsável pela formação das políticas públicas educacionais dos indivíduos.

Contudo é possível analisar que mesmo com a existência de vários conjuntos de políticas públicas nos setores educacionais que buscam atender cada vez mais as necessidades da escola e da sociedade em questão, estas medidas ainda são consideradas fracas, uma vez que ainda é crescente o afastamento entre sociedade e escola e/ou

família e escola, que em sua maioria separam, ignoram e/ou confundem as responsabilidades de um e outro no que diz respeito à educação de jovens e crianças.

Muitos dos papéis exercidos pelas instituições familiares e escolares se confundiram e até se perderam ao longo das mudanças que ocorreram em suas estruturas, o chamado jogo de empurra de uma instituição sobre a outra é cada vez maior e prejudicial, pois afetam diretamente os estudantes que dependem da união desses sistemas para sua formação, o que será mais detalhado nas relações entre família e escola no capítulo 4.

O capítulo a seguir apresentará uma explicação de como todas estas mudanças vem afetando a vida dos jovens, que também passam por transformações culturais.

Capítulo 3 – Os jovens

As mudanças que ocorreram nas instituições familiares e escolares ao longo dos anos refletiram e muito nas sociedades como foi apontado nos capítulos anteriores e consequentemente na vida dos adolescentes, uma vez que eles são pontos fundamentais entre família, escola e sociedade.

Hoje, assim como as famílias as diversificações entre os adolescentes no modo como agem são consideráveis, como nos mostra Castro:

“defendemos a tese de que a juventude, em particular as de classes populares, mas não somente essas, vem experimentando drásticas e aceleradas mudanças em relação a gerações anteriores, e aos que cuidam tanto de sua proteção e controle, legitimados por saberes/poderes institucionalizados, como a família, a escola e o direito, em especial no campo da sexualidade. (CASTRO, 2010,p.252).

Muitas dessas mudanças e diversificações são reflexos de diferentes grupos frequentados pelos jovens simultaneamente, sejam estes compostos em famílias, escolas, ruas e etc.

Para Castro a mídia também é um alvo forte desse reflexo. O acesso à informação se tornou um campo alarmante nos tempos atuais, devido a conteúdos muitas vezes fraudulentos publicados em redes sociais a todo instante e que de certa forma acabam convencendo os jovens de sua autenticidade.

O contato dos jovens com o mundo virtual permite a comunicação com o mundo exterior, sem a necessidade de saírem de seus ambientes domésticos, o que por muitas vezes faz com que as escolas e outros locais socializadores pareçam desinteressantes e fora de sua realidade, isto acaba se tornando mais um ponto de conflito entre famílias, escolas, jovens e a sociedades em questão.

Muitos assuntos considerados constrangedores vêm sendo questionados cada vez mais pelos jovens, sejam nas famílias e/ou escolas o que leva novamente ao jogo de empurra de informações e responsabilidades do que é considerado devido ou indevido, destinado a uma ou a outra instituição explicar, contudo traz novamente o questionamento de quem está mais bem preparado para informar e/ou educar.

Neste ponto, muitas vezes a internet acaba ganhando vantagens, pois na falta de informações concretas ou por insegurança de quem procurar os jovens recorrem a ela,

absorvendo conteúdos muitas vezes inválidos que acabam satisfazendo suas curiosidades e defasando sua aprendizagem.

Para Krawczyk a questão da internet e dos meios de comunicação são assuntos de muita importância, pois seu acesso vem redefinindo as formas de conhecimento e aprendizagem dos jovens dentro e fora das escolas. Ela ainda afirma que esta redefinição tem colocado muitos debates em torno da educação média, pois tornar a escola um lugar de aprendizado e atraente tem se tornado uma tarefa árdua devido à velocidade com que as tecnologias de informações e comunicação chegam até estes jovens, o que acaba criando um campo de competição entre internet e escolas.

As *webs* trazem a todo o momento novas produções de linguagens, modos de vida, conhecimento, valores, símbolos, significados e etc. que se tornam um desafio para as escolas no que diz respeito à transmissão de conhecimento e caráter socializador, pois a transmissão cultural de conhecimento proposta pelas mídias se tornou muito mais forte e rápida que a transmissão cultural da escola.

Segundo Krawczyk com todas estas diversidades de informações a escola passou a conviver diariamente com problemas de como proporcionar aos jovens maiores ferramentas que possibilitem desbloquear seu lugar unicamente de espectador passivo a tudo que lhe é apresentado e lhes permitir interações de forma mais crítica e dentro da realidade em que vivem.

Em específico a adolescência já era considerada como período difícil da etapa educacional tanto pelas famílias quanto pelas escolas, pois é a fase onde os jovens mais apresentam rebeldias, buscas, descobertas, questionamentos, inseguranças, desencantos e afirmações. Momentos em que muitos se tornam vulneráveis, o que acaba legitimando certa intervenção social, repressões e imposições de autoridades em defesa e em nome de sua proteção.

Para Castro:

“O jovem, a jovem, o adolescente e a adolescente são levados em consideração nas leis pela perspectiva de sujeitos de direitos – contudo tais direitos são codificados por compreensão de um mundo adulto sobre seus sentidos, já que o jovem, se menor de 14 anos, em algumas situações, e de 18 anos, em outras, estaria sob a tutela da família e caberia ao Estado colaborar para que essa instituição realize bem tal tarefa.” (CASTRO, 2010, 252).

Castro ainda aponta que o sujeito só é reconhecido por seus direitos quando suas ações são consideradas válidas, assim como as manifestações e diferenças do seu ser. Os jovens apesar de serem constituídos de direitos são em sua maioria rotulados

culturalmente como agentes em fase de transição e preparação para o mundo dos adultos, ou seja, são considerados indivíduos imaturos, incapacitados, uma idéia de poder vir a ser o que os adultos consideram como modelo correto de indivíduo, visões que muitas vezes entram em contradição com as autonomias de liberdade de pensamentos, pois os jovens passam a ser controlados e julgados por diversas instituições sociais.

Para Sarti existe uma carência de ritos de passagens e definições que mostrem o papel e a importância do adolescente em nossa sociedade e em seu tempo, *“ele é uma não-mais-criança e não-adulto e, frequentemente, considerado um problema para o mundo dos adultos, o “aborrecente”.*” (SARTI, 2004).

Como exemplo de direitos adquiridos socialmente por jovens e crianças tem-se o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que em complemento a Constituição Federal reconhece mais especificamente menores de 18 anos como agentes portadoras de direitos e deveres, nele também são destinadas as famílias, Estado e sociedades a responsabilidade de proteção aos jovens. Como mostra seu Artigo 4º:

“É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (ECA, Lei 8.069. disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm).

Contudo, o ECA não é colocado em prática efetivamente por nenhum setor e/ou instituição, o que acarreta fragmentação e descontrole sobre determinadas situações, principalmente no que respeito a participação de jovens em crimes ou desvios, colocando o mesmo sempre em pauta no Congresso Federal para modificação de suas ações e direitos, como as formas de punição para menores infratores que é visto por muitos como uma medida de protecionismo que ajuda a controlar a criminalidade e proteger a sociedade no todo.

Segundo Castro a cultura ocidental em sua contemporaneidade possui uma variedade de confusões no que diz respeito às normas e leis voltadas para os jovens, assim como reconhecimento social, responsabilidades e funções sociais. No entanto a não efetivação e cumprimento dessas leis acabam de certa forma possibilitando a prática de desvios de condutas consideradas muitas vezes intolerantes socialmente, peso social

que recaem sobre as famílias muitas vezes julgadas de forma equivocada pelo ocorrido, principalmente as mais desfavoráveis economicamente.

As famílias ainda são consideradas as instituições que provem de um maior contato com o mundo dos jovens, sobretudo a culpada pelos erros. Castro ainda coloca que para se atribuir a culpabilidade de determinadas questões sobre a delegação das famílias no dever de proteção aos jovens teriam que levar em consideração não só sua condição social, mas também sua formação quanto modelo, as possibilidades de exercer tal responsabilidade, sua complexidade e capital cultural, seus sentidos e valores, ou seja, seria analisar caso a caso para poder julgar e impor condições.

Para Sarti crescer em família não é apenas ouvir as primeiras falas, imagens e contatos com o mundo, é também compreender determinados significados, criar laços, escrever uma história e dar continuidade entre as relações sociais. O processo de crescimento também não pode ser encarado apenas como algo relacionado aos pais jovens, uma vez que a sociedade vive em constantes transformações e reelaborações de conceitos, sendo assim o aprendizado acaba envolvendo todos os membros que a compõe, indiferente da idade e dos laços de sangue.

Entretanto, a busca dos jovens por de uma identidade e outros referenciais ultrapassam os limites impostos das unidades familiares que muitas vezes não os satisfazem, daí a busca por pessoas e/ou grupos com o qual se identificam mais, principalmente quando o ambiente familiar vive em constantes conflitos.

Parte considerável dos jovens enxerga na família sua base de formação como pessoas, afetividades e o respeito, assim como a falta deles, o que reflete em seu comportamento dentro e fora dos ambientes domésticos e muitas vezes são levados para as escolas e para outros meios socializadores, seja de forma harmônica ou agressiva.

No entanto, até aqui foi possível mostrar as mudanças que ocorreram nas instituições família e escola e as dificuldades de reajustar os jovens a estas novas configurações sendo que eles também estão em constantes processos de mudança.

No próximo capítulo serão abordadas outras relações de conflito, sendo mais especificamente entre família e escola, principalmente no que diz respeito à participação democrática da família no contexto escolar.

Capítulo 4 - Relação família, escola e comunidade escolar

Como já foi apontada ao longo desta pesquisa a participação da família em atividades educacionais de jovens e crianças são colocadas a todo o momento, tanto por documentos governamentais quanto em estudos e pesquisas sobre o tema. Porém esta forma de participação não é colocada de forma clara.

Se buscarmos a definição de democracia e participação nos dicionários mesmo que seja por meio da internet que é um dos meios de pesquisa mais utilizado na atualidade, vamos encontrar na maioria das vezes significados como:

DEMOCRACIA (do grego demos, "povo", e kratos, "autoridade"). Segundo o dicionário Aurélio: "1- Governo do povo; soberania popular; democratismo. 2-Doutrina ou regime político baseado nos princípios da soberania popular e da distribuição equitativa do poder." **“É o governo do povo, para o povo, pelo povo”**. “Governo do povo” quer dizer governo com um sentido popular; “para o povo” significa que o objetivo é o bem do povo; “pelo povo” quer dizer realizado pelo próprio povo. Na democracia é o povo quem toma as decisões políticas importantes (direta ou indiretamente por meio de representantes eleitos). (...) Características: liberdade individual; igualdade perante a lei sem distinção de sexo, raça ou credo; direito ao voto, educação e direito ao livre exercício de qualquer trabalho ou profissão. (INFOESCOLA disponível em: <http://www.infoescola.com/sociologia/democracia/>).

PARTICIPAÇÃO: SF. Participar de alguma coisa, se envolver com alguma atividade, fazer parte. (Dicionário informal disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/participação/>).

Contudo, para Pateman, após os anos 60, a palavra participação acabou se tornando parte da linguagem da política popular, seguindo o crescente número de reivindicações da época, principalmente por estudantes do nível superior, assim como grupos que buscavam seus direitos ditos nas teorias políticas. Contudo foi através dos meios de comunicação que a palavra passou a ser utilizada em diversos tipos de situação.

Pateman considera um tanto quanto irônico a popularização da palavra “participação” no campo democrático, principalmente pelos estudantes acadêmicos, pois de acordo com teorias políticas, sociológicas e até mesmo democráticas, participação é aquela que assume um papel menor, ou seja, é limitada, dados os problemas à sua ampla abordagem, principalmente no campo político.

Para se entender o conceito de democracia e participação não pode deixar de lado as análises e colocações de alguns dos principais clássicos sobre o assunto,

entretanto os que buscavam em seu significado com maior ou menor envolvimento popular.

O avanço da industrialização e da urbanização que ocorreram no início do século XX favoreceram o crescimento de burocracias de organização social como já foi apontado. Contudo a palavra democracia já demonstrava certo cuidado em sua aplicabilidade, indiferentes dos setores que a abordavam. Para Pateman ou se tendia para uma democracia ou para uma organização, visto que a democracia já era tida como um ideal de maior participação possível do povo sem maiores esclarecimentos de como esta se realizaria.

Conforme Pateman, em 1943 Schumpeter realizou uma revisão da teoria democrática clássica, que acabaram fornecendo definições de uma nova realidade, mostrando suas deficiências e propondo novas alternativas de implementações. Para ele democracia era um método usado para atingir decisões políticas legislativas ou administrativas e em sua principal crítica afirma:

“à doutrina clássica era que o papel central de participação e tomada de decisões por parte do povo baseava-se em fundamentos empiricamente irrealistas, em sua teoria revisada o ponto vital é a competição dos que potencialmente tomam as decisões pelo voto do povo”. (PATEMAN,13,1992).

A competição política pelo voto, no entanto, funciona como um mercado econômico, onde os eleitores eram comparados aos consumidores, o produto ao que eram oferecidos pelos políticos e os partidos às associações regulamentadoras de mercado. Em sua teoria ainda os meios de participação considerados abertos aos cidadãos eram os votos para escolha de um líder que após serem escolhidos não seriam mais controlados pelo povo, daí a importância de um representante ativo, possuidor de iniciativas e decisões em nome do povo. Após as apresentações de métodos democráticos apontados por Schumpeter o papel da participação tornou-se praticamente universal, aceitos em teorias democráticas.

Pateman ainda completa que para Berelson outro estudioso sobre o assunto, havia outras deficiências no modelo democrático como, por exemplo, a falta de interesse e participação dos cidadão/indivíduo sobre a política. Mesmo Berelson defendendo a participação de forma limitada não a definiu com clareza na teoria democrática.

Sendo assim Pateman descreve que estas ausências participativas nos países ocidentais são ainda piores e se generalizam quando se tratam de pessoas com situação socioeconômicas mais baixas.

Pateman também expõe a visão de Dahl sobre o assunto que destaca a falta de participação e interesse dos cidadãos na vida política e coloca a hipótese de que uma pequena parcela da população indiferente da organização social aproveitará as oportunidades de tomar decisões pelo grupo até que alguns sejam escolhidos como líderes. Para ele a democracia tinha início na escolha de um líder por não líderes, *“salienta a ênfase dada pelos textos políticos contemporâneos à idéia de que o relacionamento democrático é apenas uma das numerosas técnicas de controle social que de fato coexistem nas políticas democráticas modernas”...* (PATEMAN, 1992,p.18).

Outro aspecto descrito por Dahl, diz respeito à poliarquia, onde se encontra a necessidade de um consenso a respeito de normas políticas. Este consenso partiria de um “treinamento social” por meio da família, escolas, igrejas e etc., contudo este treinamento estaria relacionado a “atitudes individuais” que apoiem a varias normas democráticas, pois os indivíduos pertencem a sistemas sociais de controle diferentes.

Entretanto Dahl não descarta o perigo no aumento de participações de homens comuns em atividades políticas, uma vez que possui personalidades autoritárias e pouca participação, o que poderia abalar a estabilidade de um sistema democrático. Diante desta colocação Pateman explica que:

“Os dois lados da atual discussão sobre o papel da participação na moderna teoria da democracia apreenderam apenas metade da teoria de democracia participativa: os defensores dos primeiros teóricos salientaram que seu objetivo era a produção de uma cidadania educada, ativa, e os teóricos da democracia contemporânea assimilaram a importância da estrutura de autoridade em defesa não-governamentais para a socialização política. Nenhum dos dois lados, no entanto, se deu conta de que os dois aspectos estão conectados ou percebeu o significado da evidencia empírica para seus para seus argumentos.” (PATEMAN,140,1992).

Levando em consideração o que foi apresentado sobre democracia participativa é possível compreender que indiferente do local aonde ela vir a ser aplicada vai existir uma limitação, principalmente levanto em conta um grande numero de pessoas com possível participação.

Sendo assim o mesmo acontece quando levada para dentro da escola, onde mesmo que documentos oficiais apontem a participação mais efetiva da família esta estará limitada, cheias de regras e dúvidas de como exatamente deve ser aplicada.

Contudo as escolas vêm se queixando cada vez mais da falta de participação das famílias em atividades relacionadas à escola, mas não deixam claro como devem ser executadas.

Como visto ao longo do trabalho, as famílias brasileiras vem passando por constantes mudanças, o que afeta sua composição, valores socioculturais e principalmente suas relações sociais. O número de pessoas casadas ou não que possuem filhos são altíssimos, o que acarreta muitas vezes a busca por um trabalho fora do ambiente doméstico e o ingresso das crianças cada vez mais novas em creches e/ou escolas, conseqüentemente diminuindo seu contato com núcleo familiar.

Costa destaca sua visão acerca dessas mudanças:

Nessa perspectiva, a família desempenha um papel central e moralizador na socialização primária dos indivíduos, responsabilizando-se pela inculcação e pelo princípio gerador que retraduz as características intrínsecas e relacionadas de uma posição como estilo de vida, pratica morais e corporais dos sujeitos sociais. Entretanto, vem ao longo do tempo dividindo seu espaço com outras instituições como escolas, igrejas e comunidade e, recentemente, com as comunidades virtuais. (COSTA,2008,p.101).

Entretanto a escola passou a absorver não só os deveres e obrigações educacionais atribuídos pelo Estado, mas também a educação no nível primário dos indivíduos.

Os Artigos 1º Da Educação e, 2º Dos Princípios e Fins da Educação Nacional, contidos na LDB, enfatizam o papel da participação tanto das instituições familiares quanto escolares na vida dos jovens e crianças:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (LDB,1996, p,1)

O que mostra que mesmo assumindo amplas responsabilidades pelo desenvolvimento do processo estudantil o Estado em geral, não isenta a

responsabilidade das famílias e das sociedades sobre e a importância de sua participação na formação dos indivíduos, reafirmando assim o valor da integração entre as famílias e das demais instituições no processo educativo.

Com todas estas regras e mudanças ocorridas nas famílias e educação brasileiras é impossível não notar a imparcialidade entre as duas instituições e novamente o conhecido jogo de empurra de responsabilidades sobre questões educacionais explicado no capítulo 3.

Para Lina, muito destas discórdias de modo geral vinham do fato das famílias se identificarem mais pela formação do lado afetivo dos indivíduos de acordo com seus valores, crenças e costumes e a escola o papel de educar para o ser civil e intelectual, capaz de saber lidar com a sociedade de forma coerente e realista, contudo isso parece ter se misturado e agravado ainda mais os problemas de identificação de uma instituição e outra. Sendo assim destaca:

“de um lado os professores dizem que os pais é que são os grandes responsáveis pelos problemas existentes em sala de aula, de outro lado os pais é que culpam os professores pelos problemas enfrentados pelos filhos, e a escola ainda culpa o sistema pela má qualidade de ensino” (LINA, 2009, p, 11).

Entretanto, não se chega a um consenso das obrigações educacionais de uma e outra instituição, o que acaba por afetar a formação dos jovens que muitas vezes não sabem onde buscar respostas e/ou instruções como também já foi demonstrado no capítulo anterior.

Thin coloca que o problema relacionado à família e escola muitas vezes está ligado ao déficit de escolaridade das famílias, principalmente as famílias populares. Para ele estas famílias não se sentem a vontade de interferir em determinadas questões levantadas pela escola, pois acreditam que as escolas assim como os professores estão mais preparados para desenvolverem a formação dos indivíduos de um modo geral.

Thin usa como base de sua explicação o capital cultural designado por Pierre Bourdieu, a forma de conhecimentos e qualificações adquiridos tanto na família quanto na escola ao longo da vida. O que por sua vez trás a questão das desigualdades de desempenhos escolares de diferentes classes sociais, assim como a produção do sucesso e do fracasso, pois o capital cultural esta vinculado à educação tanto quanto o capital econômico e os sociais constituídos a partir de relações e de prestígios, uma vez que posiciona os agentes nas sociedades.

Ele também compara o método educacional das famílias populares com as famílias de classe média e alta e, percebe a diferença existente na linguagem, escrita e nas formas de relacionar lazer aos processos educativos. Como no caso dos jogos, onde as famílias populares geralmente não transformam esse momento em diversão e aprendizado, mas somente em momentos de descontração e lazer, ao contrário das famílias de classe média e alta que conseguem sincronizar os dois estágios com mais facilidade. Thin ainda analisa as diferenças existentes entre as classes dos professores e das famílias populares, onde a primeira acaba se sobrepondo sobre a segunda por sua formação, condição econômica e o lugar social que ocupa dentro e fora do ambiente escolar.

Contudo, o modo de ensino vindo tanto da esfera familiar quanto da escolar acaba se confrontando pela forma como se colocam na sociedade. A diferença no modo de comunicar, avaliar a aprendizagem e controle de comportamento de jovens e crianças apontam uma desigualdade nítida, onde as instituições escolares acabam praticamente impondo seus conceitos de legitimidades educacionais sobre os da família, que por sua vez não devem ser ignorados, pois as famílias vivem dentro de uma lógica social relacionada ao grupo ao qual pertencem e que devem ser respeitados.

Para Thin estes conflitos acabam piorando o desconforto existente entre as instituições o que ocasiona ainda mais seu distanciamento, principalmente quando uma não corresponde às expectativas da outra. A escola muitas vezes é acusada de deslegitimar regras impostas pelas famílias que por sua vez é acusada pela escola por não ter participação efetiva durante o processo de escolarização.

A questão da instrução familiar também enfrenta outro dilema ligado a controles comportamentais exigidos pelas escolas. Onde muitas esperam que as crianças e os jovens já cheguem com uma determinada noção de comportamento ao ambiente, e quando isto não acontece à mesma recorre aos pais e/ou responsáveis que muitas vezes se sentem constrangidos e/ou culpados pelos acontecimentos. Thin coloca que alguns pais de famílias populares acabam agindo de forma mais agressiva quando isso ocorre, pois utilizam métodos de punições severas quando são chamados para resolver algum problema e que esta forma de correção muitas vezes se distancia dos métodos utilizados pelas escolas, principalmente nos dias atuais, o que faz com estes pais pareçam ainda mais despreparados no ato de educar. Ele então esclarece:

Estes podem sentir-se duplamente desqualificados: primeiro, porque têm pouco domínio sobre o comportamento de seus filhos; segundo, porque as modalidades de sua ação sobre esses comportamentos seriam muito violentas ou prejudiciais à “autonomia” das crianças. (THIN, 2006, p.218),

O que pode vir a piorar quando as crianças e/ou adolescentes percebem que os modos de autoridades e correção entre as duas instituições se diferenciam e passam a questionar o posicionamento de suas famílias.

O método educacional de famílias populares é muito questionado socialmente, principalmente por pessoas que não fazem parte daquele meio e os julgam através do senso comum. As visões lançadas sobre estas famílias têm muito haver com o local onde residem que em sua maioria são comparados as favelas.

Os moradores das favelas além de serem subjugados são vistos como ausentes de referências culturais tradicionais aceitas ou impostas por parte das sociedades, sua vida sociocultural se assemelham muito mais ao ambiente onde vivem do que com a cidade num todo, é o que Burgos chama de fragmentação, grupos considerados ausentes das culturas cívicas e civismo, independentes das cidades onde se localizam.

Paiva explica a cultura cívica e o civismo através das idéias de alguns estudiosos do assunto como Tocqueville e Putnam.

Onde Tocqueville aborda na primeira metade do século XIX certo fascínio com o poder de associação dos americanos, analisando seu espírito associativo, sua forma de organização em associações com objetivos e interesses comuns, assim como a formação de cidadãos corretos e moderados, uma formação que depende de pequenos sacrifícios que se aproximam de certa forma da virtude humana.

Paiva então descreve que:

“Para Tocqueville, a doutrina do interesse bem-compreendido era fundamental para proteger o “homem de seu tempo” a não se encerrar em si mesmo, ou seja, ela mitigaria o individualismo moderno e a idéia de liberdade com o inexorável gosto pela igualdade, que ele via presentes no espírito americano. Para isso, ainda segundo o autor, era preciso que a *educação* pudesse tirar esse indivíduo de si mesmo, afastá-lo dos excessos a que pode chegar seu egoísmo.” (PAIVA,2011, p.194).

A doutrina do bem-compreendido para ele esta relacionada ao interesse, que faz parte de uma das bases da democracia moderna que esta relacionada à cultura, aos costumes e principalmente as pratica do cotidiano. Enfatizando assim a importância das relações para além das relações familiares, uma participação mais ampla, o que ele

chama de “hábitos do coração” onde a sociabilidade da comunidade trás o valor da igualdade nas práticas democráticas, capazes de construir uma cultura mais cívica. Contudo, Paiva explica que este sentimento de pertencer e/ou fazer parte de uma comunidade cívica em sociedades americanas foi se perdendo e o individualismo prevalecendo, o que possibilitou a diversidade e formação de movimentos sociais de direitos civis como o direito à educação universalizada oferecida para jovens e crianças pertencentes às sociedades de massa.

Segundo Paiva, Putnam salienta que mudanças institucionais ocorridas em comunidades cívicas estão direta ou indiretamente ligadas na influencia de suas identidades, assim como no poder e na estratégia de atores políticos e o condicionamento dado por sua historia. No entanto Paiva aponta em como seria esta organização em regiões não cívicas e acaba concluindo que a vida pública nestes locais também é organizada hierarquicamente, e descreve estes locais mais especificamente como:

“o conceito do cidadão é deformado e a participação política é baseada na dependência e ambição pessoal, a coisa pública não diz respeito a cada cidadão (é para os chefões), a corrupção é a norma, e as leis são feitas para serem desobedecidas.” (PAIVA,2011,p.196).

Esta colocação acaba se encaixando as favelas, bairros e/ou conjuntos habitacionais de loteamentos irregulares fragmentados das cidades.

Paiva ainda aborda que Putnam defende a idéia de que não se deve mais idealizar o *ethos* cívico de comunidades tradicionais, uma vez que seu ideal entra em contraste com as fragmentações sociais existentes nas sociedades modernas, pois a tradição esta ligada na hierarquia e na exploração, assim como na desconfiança entre relações não interpessoais, visto que a questão da desigualdade social e/ou de comunidades, vários grupos passaram a se organizar em movimentos sociais, culturais e políticos em torno de suas próprias percepções e necessidades.

As culturas cívicas podem nos ajudar a interpretar formas de conhecimento nos processos de consolidação participativa em determinados territórios, pois trás a idéia de pertencimento e confianças nas instituições sociais já construídas e consolidadas, sem se desfazerem das necessidades de mudanças quando necessário, mas que muitas vezes pode causar o estranhamento, como no caso das alterações ocorridas nas instituições familiares, escolares e na vida dos jovens ao longo dos anos.

Sendo assim é possível visualizar que as participações democráticas das famílias tão cobradas pelas escolas e sociedade em geral são impregnadas por barreiras, que muitas vezes são impostas pelas próprias escolas e pela sociedade que desvalorizam os locais onde vivem as familiares populares.

No próximo capítulo serão apresentados os dados da pesquisa de campo, que correlacionam toda teoria até agora abordada.

Capítulo 5 - A pesquisa

A pesquisa foi realizada na Escola Estadual José Lourenço de Freitas localizada no bairro São José do Triunfo na cidade de Viçosa.

Para realização desta pesquisa foram efetuados levantamentos bibliográficos sobre os principais temas da análise, família e escola como instituição, assim como a coleta de dados em pesquisas realizadas diretamente no bairro São José do Triunfo, análises de arquivos e documentos pertencentes à Escola Estadual José Lourenço de Freitas e participações diretas em reuniões e parte do cotidiano escolar durante alguns meses entre os períodos letivos de 2014 e 2015, tempo de desenvolvimento da pesquisa.

O intuito do trabalho foi buscar compreender como se dão às participações das famílias na escola, assim como averiguar como são feitas e aceitas as solicitações de participação das famílias nas atividades escolares, analisar os tipos de atividades abertas diretamente às famílias e/ou comunidade em questão e consequentemente analisar como as mesmas reagem diante das solicitações feitas por esta escola. Tendo início a formação do bairro segundo então a construção da escola.

5.1 - Bairro São José do Triunfo

O bairro São José do Triunfo se localiza a cerca 8 km do centro da cidade de Viçosa, o local é conhecido popularmente como Fundão.

O nome São José do Triunfo esta vinculado às crenças católicas, já o apelido Fundão vem de duas situações distintas. Uma devida sua localização em terrenos ao fundo de morros e depressões, outra por que o local fazia parte da rota de fugas dos escravos por conter uma gruta que também era conhecida como Fundão e que na época servia como abrigo para fugitivos. O apelido era considerado pejorativo pelos moradores que formaram o bairro, pois trazia uma idéia de exclusão.

Em pesquisas realizadas por Pinto no período entre 1961 a 1963 no bairro, foi constatado que o bairro teve seu início em meados de 1650 quando um fazendeiro da região chamado José Lopes doou dois alqueires e meio de terra à capela local pertencente à paróquia de Santa Rita de Cássia situada no centro da cidade de Viçosa.

O local que na época era formado por aproximadamente 100 casas deu início ao novo povoado, Pinto ainda afirma que o lugar passou a ter um crescimento mais significativo com a chegada de ex-escravos e seus descendentes, após libertação das grandes fazendas com o a sanção da Lei Áurea que abolia a escravidão no Brasil, onde os mesmos buscavam locais para recomeçarem suas vidas.

A construção do bairro lembra em muito a formação das favelas, que tiveram suas primeiras constituições em morros do Rio de Janeiro no século XIX, formadas em sua maioria por ex-escravos, a diferença se dá na não invasão de terrenos, mas sim pelas doações.

Os terrenos que aos poucos foram sendo ocupados eram repassados aos interessados através do Pároco da capela que não teve seu nome divulgado. Ele exigia apenas que os mesmos seguissem determinadas regras de organização, criadas no próprio local. Mesmo assim o povoado foi se erguendo sobre condições precárias e sem recursos do Estado, o que desencadeou uma grande falta de infraestrutura como saneamento básico, energia elétrica, higiene, saúde e etc.

Para Pinto a forma como o bairro foi constituído acabou ocasionando certa carga de preconceito ao local e conseqüentemente a seus moradores, porem o preconceito ocorria tanto dentro quanto fora do povoado. Ele conseguiu relatos de moradores antigos que argumentaram que famílias consideradas com pouco ou quase nenhuma recurso financeiro não frequentavam a igreja local, pois eram duramente observados devido às roupas que vestiam, preferindo assim irem até a paróquia no centro da cidade, que por sua vez também possuía pessoas que os discriminavam.

Pinto então descreve:

“Ouve-se comumente dizer em Viçosa que a população de S. José do Triunfo é constituída “de um grupo de negros preguiçosos e beberrões, dados a arruaças e roubos”; afirma-se que existe muita licenciosidade e promiscuidade sexual e que é alta a taxa de consanguinidade”. (PINTO,1963, p .33):

Estas colocações foram refutadas ao final de sua pesquisa, uma vez que ficou constatado que a população Viçosense generalizava alguns casos referentes a alguns poucos chefes de família e/ou unidades familiares do local e não a população no todo.

Para Sousa parte da população negra que se fixou no Fundão é de origem Africana como os Bantus, Angola-Congolês e grupos Contra-Costa. As evidencias estão nas expressões culturais exercidas no local, como a dança jogo e principalmente o Congado que ainda é muito presente no bairro e será mais bem exposto a seguir.

Sousa argumenta que a festa do congado realizada em São José do Triunfo é tida como uma tradição que inicialmente era empregada para designar cortejos dos escravos aos Santos Católicos, principalmente nos rituais em homenagem a Nossa Senhora do Rosário, onde eram realizados celebrações, danças, cantos, cavalgadas, procissões, banquetes e outros préstimos.

Contudo, ele coloca que as formas de celebração do congado foram rejeitadas durante décadas por parte integrante da população viçosense e moradores do próprio bairro, inclusive os mais ligados as esferas religiosas pertencente ao catolicismo. As manifestações dos prós e contra já foram palco para inúmeras discussões sobre poder ou não exercer este tipo de cultura no local. Entretanto as celebrações não deixaram de ser realizadas anualmente, sobretudo no dia 07 de outubro quando se celebra o dia de Nossa Senhora do Rosário.

Em entrevistas realizadas com moradores mais antigos do bairro, Sousa conclui que a situação de conflito foi se resolvendo após a colocação favorável de um cônego que também não teve o nome divulgado, ao evento, que em uma de suas idas a cidade de Ouro Preto passou a compreender melhor sobre a manifestação do congado e a fazer referencias favorável a celebração.

Hoje a festa é um dos maiores eventos religioso existente no bairro, que conta com praticamente toda comunidade local e leva dezenas de pessoas de comunidades vizinhas a participarem do cortejo.

De acordo com dados de pesquisa do Centro de Promoção de Desenvolvimento Sustentável de Viçosa (CENSUS) 2014, São José do Triunfo hoje está com uma população estimada em tornos de seis mil habitantes.

O local continua com vários problemas de infraestrutura, porem já conta com mais benefícios ofertados pelo governo, como sistema encanado de água e esgoto, creches, posto de saúde, odontológico e uma educação mais ampla, pois de acordo com o próprio CENSUS 90% dos habitantes com idade acima dos 15 anos são considerados alfabetizados.

Outro problema que ainda assola a comunidade é o preconceito, tanto com o local quanto com os moradores e são praticamente os mesmos apontados anteriormente por Pinto, acrescentados da violência urbana, bandidismo e tráfico de drogas. Alguns desses preconceitos mesmo refutados continuaram sendo reproduzidos por parte dos moradores da cidade, o que afeta e muito o desenvolvimento do local que ainda sofre

com questões de reconhecimento de seus moradores que são dependentes economicamente de setores de empregabilidade que envolve basicamente toda a cidade de Viçosa, pois como visto o bairro é formado por uma comunidade de baixa renda o que pode ser comprovado em visita ao próprio local e verificação de sua estrutura num todo.

Em análise a documentos da escola José Lourenço de Freitas foi possível confirmar parte destes dados uma vez que mais da metade dos alunos estão efetivamente matriculados na escola, onde foi apurado que a grande maioria dos pais e/ou responsáveis pelos alunos possui atividades remuneradas simples e realizadas em sua maioria fora do bairro, voltadas para áreas da construção civil como pedreiros, assistentes de pedreiro, motoboys, faxineiros, motoristas, lavradores, empregadas doméstica, diaristas, lavadeiras e etc.

O subitem a seguir fará uma análise mais detalhada da escola assim como da participação familiar e da comunidade em questão em assuntos que envolvem a escola.

5.2 - Escola Estadual José Lourenço de Freitas

Pinto assinala que a escola José Lourenço de Freitas teve seu início em 1962, onde um Pároco da época juntamente com um fazendeiro local chamado José Lourenço de Freitas e líder do povoado, doaram à comunidade um terreno onde foi construída uma escola rural, com melhores condições de infraestrutura comparada a que já funcionava na fazenda do próprio José Lourenço num velho casarão e que só instruía até o terceiro ano primário, devido à formação das duas professoras que lá lecionavam e que após a construção da nova escola se aperfeiçoaram no Centro de Treinamento para Professoras Rurais existente no município para contribuírem ainda mais com escolarização da comunidade.

A construção da nova escola também contou com a parceria do professor de Sociologia da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG) Prof. Edgard de Vasconcelos Barros e, contudo passou a contar com atuação de uma professora normalista quando passou a ser financiada e reconhecida pelo Estado em 11 de dezembro 1965.

As aulas continuaram sendo ministradas nos períodos da manhã e da tarde em duas salas de aula que compunham o local, também havia uma área de recreação

coberta, cantina e banheiro com privadas, o que era raro nas casas locais, que em sua maioria utilizavam fossas no fundo de seus quintais, pois o bairro não possuía sistema encanado de água e esgoto. Sobre a escola Pinto ainda reforça:

Deixamos aqui uma sugestão: a escola que acaba de ser construída em S. José do Triunfo deveria ser utilizada de noite para alfabetização dos adultos do povoado e arredores. Para tal, poderiam ser empregados os próprios alunos da Escola Superior de Agricultura, que estariam assim contribuindo para o desenvolvimento da agricultura da região em que estudam. A sugestão fica aí para quem a quiser utilizar (PINTO, 1963, p. 36).

Em conversa com um dos representantes da direção escolar em 2014, foi informado que a escola já buscou aplicar a alfabetização no período da noite a algumas décadas atrás, porém o número de alunos matriculados era demasiadamente baixo o que acabou tornando o projeto inviável.

Outro questionamento de Pinto era sobre a frequência dos jovens alunos nas aulas, pois durante o preparo de terras e colheita, principalmente do café, o índice de alunos presentes na escola diminuía e muitos desistiam de dar continuidade aos estudos. A defasagem ainda ocorre nos dias atuais pelo mesmo motivo, porém com índices muito menores, outros motivos como o abandono, a desistência ou a dificuldade de se manterem na escola hoje são mais preocupantes.

Pinto também ressalta sobre os vários benefícios trazidos pela escola para a população, porém que eles também poderiam ter sido explorados para outros fins sociais, visto que as questões da escolaridade e da raça estavam ligadas a empregabilidade de seus habitantes, onde os alfabetizados e brancos já se destacavam em melhores ocupações e salários na cidade, alguns como funcionários da própria UREMG, e os negros em sua maioria alfabetizados ou não se direcionavam ao trabalho no campo, o que só aumentava a segregação do local.

Hoje de acordo com documentos oficialmente apresentados, a Escola Estadual José Lourenço de Freitas se encontra registrada em endereço fixo na Praça Luiza Rodrigues Lopes, nº 35, bairro São José do Triunfo.

Atualmente a escola é composta por 11 salas de aula que atende cerca de 430 alunos do ensino fundamental do 1º ao 9º ano e do ensino médio do 1º ao 3º ano, sendo a maioria residente do bairro ou comunidades rurais locais, com aulas ministradas entre os turnos da manhã e da tarde.

A escola também possui uma pequena biblioteca, uma quadra poliesportiva descoberta, um pátio recreativo coberto, banheiro masculino e feminino para alunos, sala de computação e audiovisual acopladas, cantina, sala dos professores com banheiros para funcionários em geral, secretaria e sala de supervisão.

Em análises ao Projeto Político Pedagógico da escola (PPP) de 2014, foi possível avaliar a escola de uma forma mais detalhada, pois como já foi citado o PPP é um documento responsável por apresentar as principais ações a ser realizadas pela escola, sendo este documento revisado e atualizado anualmente como consta em seus registros. Esta atualização segundo consta é feita de forma coletiva, contando com a participação do corpo docente, direção, especialistas em educação, assim como um representante dos pais e um representante dos alunos.

O PPP da escola define os alunos que compõem seu ambiente, originário de famílias de classe baixa, com pais que tiveram pouca ou nenhuma forma de escolarização, onde a maior parte tralha em tempo integral, o que ocasiona pouca participação no desenvolvimento escolar dos filhos ou demais alunos pelo quais são responsáveis. Ação de ausência reconhecida pela própria escola.

O PPP também ressalva que devido às condições financeiras das famílias não são proporcionados aos alunos maiores complementos aos materiais didáticos, o que acaba colocando uma parte considerável de alunos em contato apenas com materiais oferecidos pela escola.

Sobre os profissionais em atuação fixa ou periódicas de contratação na escola o PPP os coloca classificados como aptos legalmente a exercerem suas funções, estando estes em constante busca de novas aprendizagens e desenvolvimento de suas atividades.

O método mais comum aplicado para acompanhar o desenvolvimento dos alunos oferecidos pela escola é feito por meio de avaliações internas e contínuas de cada disciplina, que servem como norteadoras de planejamentos futuros e cumprimento dos objetivos.

Em busca de melhorar sua metodologia a escola também aceita parcerias diretas com a UFV e outras instituições que possam auxiliar no desenvolvimento interno e externo dos alunos, funcionários e até a comunidade local.

No que consiste em seus Princípios, o PPP aponta que a escola busca desenvolver o aprendizado e o desenvolvimento do ser humano, proporcionando

condições de permanência e inclusão escolar aos indivíduos interessados, oferecendo cuidados e atenção de acordo com suas necessidades.

A Missão e Visão Escolar são baseadas na construção de uma escola de qualidade, capaz de promover uma educação que atenda as necessidades reais de sua comunidade local num todo.

Os Objetivos Gerais buscam uma educação preparatória para o exercício da cidadania, assim como a continuidade nos estudos, relações socioculturais, compreensão da realidade social num contexto mais amplo, desenvolvimentos de habilidades, interações, convivência e superação de dificuldades apresentadas durante sua permanência na escola.

Dos Objetivos Específicos voltados ao Ensino Fundamental é colocada a importância do envolvimento e participação da família como parceiras da instituição escolar em primeiro tópico, na busca de proporcionar e melhorar o desenvolvimento pedagógico e aprendizagem dos alunos, assim como também procuram maior interdisciplinaridade, atribuição de práticas inovadoras nas intervenções pedagógicas, maior desenvolvimento de técnicas para que os alunos possam aperfeiçoar o domínio sobre a leitura, na escrita e nos cálculos, promover a inclusão social e garantir continuidade da aprendizagem sem interrupção.

Os Objetivos Específicos do Ensino Médio visam dar continuidade as propostas iniciadas no ensino fundamental, além de preparar os alunos para uma melhor inserção no mercado de trabalho e sociedade civil, de forma mais crítica e autônoma.

As principais metas da escola estão expostas em seis tópicos, sendo eles respectivamente:

- 1) Que até o final de 2014 90% das famílias dos alunos estejam envolvidas nas ações desenvolvidas pelas escolas;
- 2) Até 2014, elevar a proficiência dos alunos nas avaliações externas, alcançando o nível recomendável de 90%;
- 3) Elevar o nível de aprendizagem dos alunos em 95% nas avaliações internas;
- 4) 100% dos professores elaborando e aplicando, durante todo o ano letivo, avaliações internas para reflexão e implementação de novas ações para sanar as dificuldades detectadas;
- 5) Melhorar a auto estima do aluno contribuindo para a formação de seu caráter;
- 6) 100% dos alunos do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental e do 1º ao 3º ano do Ensino Médio com dificuldade no processo de desenvolvimento da aprendizagem atendidos em suas necessidades individuais. (PPP. E.E José Lourenço de Freitas,2014, p.11).

Mais uma vez as participações das famílias aparecem como ponto fundamental nas ações previstas pela escola, num trabalho coletivo, tendo como sugestão sua participação em reuniões periódicas promovidas pela escola, que auxiliem na melhoria com o ambiente e da aprendizagem dos alunos.

Os Planos de Ensino a serem seguidos pelos professores são elaborados coletivamente pelos professores em atuação contando com o apoio técnico e pedagógico disponibilizados pela escola de acordo com o nível de ensino, tendo como parâmetro: às características dos alunos e dos conteúdos específicos, o nível de atendimento desejável a serem obtidos pelos alunos, as diretrizes curriculares emitidas pela Secretaria do Estado de Educação (SEE) e pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) assim como a interdisciplinaridade escolar e a importância de métodos científicos, tecnológicos, pedagógicos e sociais a serem abordados. Através da formulação dos Planos de Ensino os professores elaboram individualmente seus planos de aula, acrescentando métodos de ensino e recursos didáticos a serem utilizados de acordo com as necessidades de cada disciplina.

Sobre o Relacionamento escola e comunidade, o PPP destaca mais uma vez a importância da participação familiar, porém de forma mais específica, como a participação em reuniões promovidas pela escola com intuito de informar o rendimento bimestral dos alunos, coletarem dados para reelaboração do PPP, participação em eventos cívicos e sociais diversos apresentados durante o ano letivo, discutir e informar sobre avaliações externas como Programa de Avaliação da Alfabetização (PROALFA), Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica /Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Básica (PROEB/SIMAVE), Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar (PAAE) e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), apresentado os resultados de proficiência, desempenho e defasagens nestas atividades, com a finalidade de promover mudanças positivas e significativas no Programa de Intervenção Pedagógica (PIP).

A Fundamentação Pedagógica da escola está dividida em três tópicos: Educação, Ensino e currículo, sendo.

A Educação colocada como um processo contínuo sem fórmulas exatas para sua realização. Seu processo de desenvolvimento deve ser construído de forma regular para que possa estimular e orientar os alunos a novas descobertas e os tornarem capazes de tomarem suas próprias decisões dentro de suas capacidades.

O Ensino é abordado como uma forma sistêmica de transmissão do conhecimento, empregado pelos indivíduos, com intuito de instruir e educar seus semelhantes, podendo ser praticado de diferentes formas.

O Currículo prevê extrapolar o fazer pedagógico para além das grades curriculares, tanto para o ensino fundamental quanto para o médio, buscando novas formas de conhecimentos e inovações disciplinares, conteúdos e conhecimentos da escola e saberes que os alunos trazem de seu cotidiano, na busca de educar de acordo com sua realidade e não de forma superficial.

Esse método é uma forma de interação e/ou mediação entre o educador e o educando. Ele também destaca a importância do planejamento, da escrita e da leitura, o aprendizado de outras línguas, mais eficiência nos cálculos, capacidade de análise de dados e interpretações de fatos e/ou situações, compreensão do contexto social da atualidade, análise crítica sobre meio de comunicação, acesso a informação e trabalho em grupo, complementando da melhor forma possível temas apontados pelos CBCs.

A inclusão social é atribuída em salas de aulas comuns de forma a estimular os alunos portadores de alguma necessidade a permanecerem na escola e de acordo com suas necessidades específicas. O processo envolve cooperação de toda base escolar assim como outros órgãos institucionais como da saúde e da família quando necessário.

Em suas considerações finais o PPP assenta:

Após leitura do Projeto Político Pedagógico, concluímos que este está de acordo com a legislação vigente e as necessidades da comunidade escolar. No entanto a equipe pedagógica solicita algumas complementações para enriquecimento do ensino/aprendizagem, buscando auxílio de estagiários para o projeto de leitura e alfabetização nos anos iniciais e a criação do projeto de monitoria com os próprios alunos. Visando melhorias também nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio, solicitamos ampliação do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) em todas as áreas, para o desenvolvimento educacional da Escola Estadual José Lourenço de Freitas. (PPP. E.E José Lourenço de Freitas,2014,28).

Para finalizar, foram analisadas Atas de reuniões adversas da escola ocorridas entre os anos de 2011 a 2015 num total de 20 reuniões, tanto voltadas para reuniões de pais e/ou responsáveis, como de reuniões ou eventos abertos para toda comunidade escolar.

As atas são pouco esclarecedoras sobre o andamento e resultados das reuniões, em sua maioria são registrados apenas os temas a serem abordados como: apresentação dos professores e demais membros que irão fazer parte do quadro de funcionários no

ano letivo em questão, esta reunião é a primeira a ser realizada já na primeira semana de aula dos primeiros bimestres; reuniões para entregas de resultados bimestrais que ocorrem a todo final de bimestre, onde são repassados desempenho e comportamentos dos alunos em geral; informes de projetos que serão elaborados pela escola; resultados de eventos que ocorrem dentro da escola assim como resultados de avaliações externas, e etc.

A média de participantes em cada reunião é de aproximadamente 38,3 pessoas, contando que em alguns casos chegou a ser registrado a participação de apenas 13. O evento que contou com um índice maior de participação foram palestras abertas a toda comunidade escolar que registrou o total de 120 participantes e que em sua maioria foi composta por alunos da própria escola e teve como tema Sexualidade e Doenças Sexualmente Transmissíveis no ano de 2012.

Sendo assim encerram-se as análises efetuadas em todo material bibliográfico levantado durante a pesquisa, sendo o próximo capítulo voltado para as considerações finais.

6 – Considerações Finais

Diante de todo conteúdo abordado e analisado cuidadosamente, foi possível perceber que a participação direta da família no contexto escolar realmente se apresenta de uma forma bem limitada, apesar de ser solicitada a todo o momento e, que os motivos desta ausência são bem variados.

As mudanças que ocorreram ao longo da história nas bases familiares e escolares continuam atingindo à sociedade de modo geral e a se confundirem em suas funções. Contudo, não são somente as vidas de ambas as instituições que saem prejudicadas, mas também a educação voltada à vida dos jovens e crianças que como já foi abordado fica perdida em meio aos conflitos.

A defasagem da presença familiar se dá desde os anos iniciais dos alunos que por sua vez também já foi apontado na pesquisa e pôde ser confirmado através de observações participantes em reuniões promovidas pela escola e análises de atas de reuniões anteriores.

Durante os exames realizados nas atas, foi possível constatar que é extremamente baixa a presença dos pais e/ou responsáveis durante a realização de eventos em geral, que em sua maioria ocorrem aos sábados na parte da manhã dentro da escola, visto que a escola atende a aproximadamente 430 alunos onde a maioria mora no bairro São José do Triunfo e mesmo levando em conta o fator de que alguns participantes das reuniões são responsáveis por mais de um aluno.

Outra questão verificada nesses documentos foi de que a maioria das pessoas que assinam como responsáveis pelos alunos são as mães, são poucos os poucos casos onde o pai, a avó, tia, irmãos mais velhos e etc. aparecem como responsáveis, principalmente nos cadastros de matrícula, o que mostra que a figura materna ainda é muito mais presente na vida educacional dos filhos do que a do pai e outros responsáveis.

Também foi possível observar que família não aparece sendo solicitada em encontros pedagógicos para elaboração de planejamentos internos bimestrais e/ou anuais, principalmente sobre questões que envolvam análises e reflexões sobre materiais e/ou documentos referentes à matriz curricular, Currículo Básico Comum (CBC) e demais materiais e/ou documentos norteadores da educação, adotados pela escola e em

sua maioria vinda de propostas governamentais, com exceção do PPP que pode contar com a participação de um representante dos pais e um dos alunos.

A questão do Conselho de Classe não é enfatizada no PPP, apesar de ser considerado um dos principais órgãos do colegiado. E como pôde ser notado em pesquisa de campo ele ocorre na escola a cada final de bimestre, contando com a presença de diretores, supervisores e professores, fechados aos demais membros da comunidade escolar.

Diante destes relatos de ausências e cobranças tanto por parte das famílias quanto por parte das escolas podemos verificar certa falta de empenho de ambas as instituições em fazer com que a participação realmente aconteça, pois a escola não é um ambiente tão democrático como se apresenta popularmente para permitir a participação familiar na constituição de suas atividades, na maioria das vezes estas atividades são apresentadas prontas a serem aplicadas, o que exclui de certa forma a opinião de muito envolvidos na comunidade escolar. Contudo, a escola já buscou horários mais flexíveis de reuniões de pais no final de cada bimestre para que os mesmos pudessem ficar pelo menos mais cientes do andamento dos alunos e da escola durante o ano letivo, o que também não surtiu efeito, pois os pais e/ou responsáveis continuaram com baixo número de participantes.

7- Referências Bibliográficas

BOBBIO, Norberto, 1909- *Dicionário de política I* Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale *et al.*; Coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998. Vol. 1: 1330 p.

BOURDOM, R.; BOURRICAUDE, F. *Dicionário crítico de Sociologia*. São Paulo. Ática, 2002.

BRASIL, Senado Federal. *Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9.394/1996*. Brasília, 1996

_____. *Diretrizes Curriculares Nacionais: Ensino Médio*. Brasília, Ministério da Educação, 2012.

_____. *Estatuto da Criança e Adolescente: n.º 8069/90*. Brasília, 1990.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio*. Brasília, Ministério da Educação, 2002.

BURGOS, Marcelo B.. *Escola pública e segmentos populares em um contexto de construção institucional da democracia. Dados*, 2012, vol.55, n.4, pp. 1015-1054. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v55n4/v55n4a06.pdf>. Acesso em: 28/02/15

_____. *Cidade, Territórios e Cidadania*. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 48, no 1, 2005, pp. 189 a 222.

_____. *Dimensões institucionais da gestão escolar*. Gestão Educacional. 2011.

_____. *A constitucionalização da escola pública: notas para uma agenda de pesquisa*. Boletim CEDES [on-line], Rio de Janeiro, maio de 2009, pp. 20-30.

CANEVACCI, Massimo. *Dialética da Família: Gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 5. Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

CASTRO, Mary G.; RIBEIRO, Ingrid R. *Adolescentes, jovens, direito e família. Questionando saberes sobre proteção a direitos sexuais e reprodutivos*. In: DAYRELL, Juarez; MOREIRA, Maria I. C.; STENGEL, Márcia (org.). *Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades*. Belo Horizonte: Ed PUC Minas, 2011 (Simpósio Internacional sobre Juventude Brasileira), 2011, p. 251- 272.

CERQUEIRA, Aliana G. C. *et al. Trajetória da LDB: um olhar crítico frente à realidade brasileira*. In: Anais UDESC. Santa Catarina, 2011. Disponível em: http://www.uesc.br/eventos/ciclohistoricos/anais/aliana_georgia_carvalho_cerqueira. Acesso em: 25/05/15.

COSTA, José Raimundo Silva ; LOPES, M. F. ; SILVA, Alice Inês de Oliveira e . A 'comunidade 'invisível: o novo desafio da família. In: GOUVEIA DA SILVA, Patrícia Fernanda e TEIXEIRA, Carla M. D.. (Org.). Tudo em Família: Textos, Temáticas e Discussões. 1 ed. Viçosa: Editora UFV, 2008, v. 1, p. 97-120.

CUNHA, Evelaine Neves. *Ensino: Novas Perspectivas sobre conselho de classe e avaliação*. Universidade Cândido Mendes. Monografia (Lato Sensu em Reengenharia e Gestão de Recursos Humanos), Instituto de Pesquisa Sócio-pedagógica, 2001. Disponível em: <http://www.avm.edu.br/monopdf/23/EVELAINE%20NEVES%20CUNHA.pdf>. Acesso em: 30/04/15.

FARIA FILHO, Luciano M. de. *Para entender a relação escola-família: uma contribuição da história da educação*. São Paulo Perspectiva, 2000, vol.14, n.2, pp. 44-50. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9787.pdf>. Acesso em: 11/01/15.

FONSECA, Claudia. *Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação*. Rev. Bras. Educ., 1999, n.10, pp. 58-78. Disponível em: http://anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde10/rbde10_06_claudia_fonseca.pdf. Acesso em: 15/12/14.

GIDDENS, Antony. *Sociologia*. São Paulo: Editora Artmed, 2001, 4ª ed.

GONZALEZ, Elias Nunes. *A integração da família e escola através do conselho de classe participativo*. Santa Maria, 1983. xvii, 162 f. : il., tab. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria.

Leindecker, Alice M.. *Conselho de classe: uma experiência de participação democrática na escola*. Universidade do Oeste do Paraná, Paraná, 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1974-8.pdf>

LIMA, Liliana C. de. *Interação Família-Escola: Papel da família no processo ensino-aprendizagem*. Portal dia a dia da educação, Paraná, 2009. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2009-8.pdf>

LEITE, Ana Lúcia O. R. *Conselho de Classe – A importância da participação dos professores e dos alunos nos conselhos de classe*. Universidade Cândido Mendes. Monografia (Lato Sensu em Reengenharia e Gestão de Recursos Humanos), Instituto de Pesquisa Sócio-pedagógica, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.avm.edu.br/monopdf/1/ANA%20LUCIA%20OSIO%20RIBEIRO%20LEITE.pdf>

MEDEIROS, Carlos A.. *Sociologia conceito chave*. Org.: John Scott, Rio de Janeiro, 2010.

MELLO, Guiomar N.. *Os 10 maiores problemas da educação básica no Brasil (e suas possíveis soluções)*. Ed. Abril: São Paulo, 2003.

KRAWCZYK, Nora. *Sociologia do Ensino Médio. Crítica ao Economicismo na Política Educacional*. São Paulo: Cortez, 2014.

PAIVA, Angela Randolpho ; BOMENY, H. ; JALLES, C. . *Cultura cívica na consolidação democrática: atualidade de um conceito*. 2011.

PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Trad. Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PEREIRA, Lílían A.; FELIPE, Delton A.; FRANÇA, Fabiane F.. *Origem da Escola Pública Brasileira: A Formação do Novo Homem*. Revista HISTEDBR, 2012, p. 239-252. Disponível em: <http://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/histedbr/article/view/3469/3087>. Acesso em:

PERINETO, Geni de L.. *Reflexão sobre a prática avaliativa e o conselho de classe num processo de construção da gestão democrática da escola*. Portal dia a dia da educação, Paraná, 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2504-6.pdf>

PINTO, João B. G.. *São José do Triunfo: um povoado mineiro entre outros*. Instituto de Economia Rural da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, Viçosa. Fev. 1963.

REIS, Liliani P. C. dos. *A participação da família no contexto escolar*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação, Salvador, 2010. Disponível em: <http://www.uneb.br/salvador/dc/files/2011/05/MONOGRAFIA-LILIANI-PEREIRA-COSTA-DOS-REIS.pdf>

SARTY, Cynthia A. *O jovem na família: o outro necessário*. In: Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. Org. NOVAES, R e VANUCCHI, P. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2004. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/livros/juventude-e-sociedade-trabalho-educacao-cultura-e-participacao>

SAVIANI, Dermeval. *Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos*. Rev. Bras. Educ, 2007, vol.12, n.34, pp. 152-165. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em: 01/01/15.

_____. *Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação*. Rev. Bras. Educ, 2010, vol.15, n.44, pp. 380-392. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n44/v15n44a13.pdf>. Acesso em: 01/01/15.

Minas Gerais, Conteúdo Básico Comum: *Sociologia*. Belo Horizonte, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, 2010.

SOUSA, Patrício P. A. de. *Identidades, memória e espacialidade na festa do Rosário*. Mercator, vol. 8, n.º 17, 2009.

TERUYA, Marisa Tayra. *A família na historiografia brasileira. Bases e perspectivas teóricas*. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambú, 23-27 out. 2000.

THIN, Daniel. *Para uma análise das relações entre famílias populares escola: confrontação entre lógicas socializadoras*. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2006, vol.11, n.32, pp. 211-225. ISSN 1413-2478.

Centro de Referencias Virtual do Professor. *O papel dos Conselhos de Classe no processo avaliativo*. DALBEN, Ângela I. L. de Freitas, 2006. Disponível em: http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/index.aspx?ID_OBJETO=29764&tipo=ob&cp=000000&cb=&n1=&n2=Biblioteca%20Virtual&n3=Temas%20Educativas&n4=&b=s. Acesso em: 15/08/14.

Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=536&sid=181>. Acesso em: 26/06/14

Gestão Escolar. *Projeto Político-Pedagógico (PPP)*. Lopes, Noelma, 2010. Disponível em: <http://gestaoescolar.abril.com.br/aprendizagem/projeto-politicopedagogico-ppp-pratica-610995.shtml>